

PROJETO DE LEI Nº 013/2025

Altera a Lei n.º 1.269/2017, de 17/01/2017, que trata da contratação temporária por excepcional interesse público para atender o CRAS, para o fim de elevar o número de oficinas do CRAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BONFIM**, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições estatuídas na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente lei:

Art. 1º. O art. 11 da Lei n.º 1.269/2017, de 17 de janeiro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11. O quadro de pessoal do CRAS é assim constituído:

FUNÇÃO	Nº DE VAGAS	Valor (R\$)	CARGA HORÁRIA
Assistente Social	01	R\$ 2.411,92	30 horas semanais
Psicólogo	01	R\$ 2.411,92	30 horas semanais
Monitor	06	R\$ 30,00 (por hora)	15 horas semanais
Coordenador	01	R\$ 2.411,92	40 horas semanais
Técnico - Agente Social	01	R\$ 1.518,00	40 horas semanais
Técnico - Agente Administrativo	01	R\$ 1.518,00	40 horas semanais

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bonfim, 11 de setembro de 2025.

Marconi Marques Parreiras
Prefeito Municipal





PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFIM – MG

RELATÓRIO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

O presente Relatório de Impacto Orçamentário e Financeiro tem como objetivo atender às disposições da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), especialmente no que se refere à análise da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais que implicam em aumento de despesas, conforme estabelecem os artigos 15, 16 e 17.

Neste documento, são apresentados os cálculos e projeções financeiras necessárias para demonstrar a adequação orçamentária e financeira da despesa em questão, bem como sua compatibilidade com os instrumentos de planejamento orçamentário, incluindo o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Além disso, são considerados os limites legais para gastos públicos, garantindo que a nova despesa não comprometa o equilíbrio fiscal do ente federativo.

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de: (Vide ADI 6357)

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º As normas do caput constituem condição prévia para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. (Vide ADI 6357)

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio. (Vide Lei Complementar nº 176, de 2020)



§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa. (Vide Lei Complementar nº 176, de 2020)

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição. (Vide Lei Complementar nº 176, de 2020)

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterà as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias. (Vide Lei Complementar nº 176, de 2020)

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar. (Vide Lei Complementar nº 176, de 2020)

§ 6º O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

§ 7º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

Este impacto orçamentário financeiro contempla o aumento de 3 (vagas) e o reajuste da hora/aula para R\$ 30,00 (trinta reais) do cargo de Monitor do CRAS, conforme minuta do Projeto de Lei.

Foram objetos de análise deste Relatório de Impacto Orçamentário e Financeiro, o Projeto de Lei Complementar nº 013/2025 que "Altera a Lei n.º 1.269/2017, de 17/01/2017, que trata da contratação temporária por excepcional interesse público para atender o CRAS,

para o fim de elevar o número de oficinas do CRAS.”, bem como os relatórios extraídos do Sistema Integrado de Administração Pública (SIAP Web) do Município de Bonfim.

A seguir, no quadro 1, demonstra-se o resumo da projeção do montante mensal e anual após o reajuste e aumento de vagas do cargo de Monitor do CRAS.

Quadro 1 – Valor Mensal e Anual – 2025 (set a dez)	
Total do Aumento Mensal, incluso a patronal	R\$ 7.725,57
Total da Estimativa Anual, incluso o 13º salário e a patronal	R\$ 41.203,02

No quadro 2, demonstra-se a projeção do Impacto Orçamentário e Financeiro da folha de pagamento com o acréscimo da referida despesa, sobre a Receita Corrente Líquida arrecadada dos últimos 12 meses, relativo ao período de setembro de 2024 a agosto de 2025, do Município de Bonfim.

Quadro 2 – Projeção do Impacto			
Exercício	RCL (R\$)	Gastos com Pessoal (R\$)	Percentual (%)
2025	36.190.683,66	15.889.805,24	43,91
2026	36.867.449,44	16.574.655,85	44,96
2027	37.564.244,24	17.227.697,29	45,86

Pelo exposto, verifica-se que o percentual dos gastos com pessoal, com inclusão da nova despesa, projetado para o exercício de 2025 será de 43,91%, conforme demonstrado no quadro acima, portanto não extrapolará o limite prudencial de 51,30% e o limite legal de 54,00%, determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, nos artigos 20 e 22, assim como para os dois exercícios subsequentes.



Importante destacar que a memória de cálculo com a metodologia utilizada encontra-se anexa a este relatório.

Por fim, este relatório assegura que a despesa analisada cumpre os requisitos legais e orçamentários vigentes, possibilitando a sua implementação dentro dos princípios da responsabilidade fiscal e do equilíbrio das contas públicas.

Bonfim, 29 de setembro de 2025



Edivânia Cristina Amorim Viana
CRC 105.565/O-9



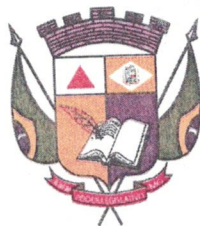
DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA

Declaro, para fins dos dispostos no inciso II do art. 16 da Lei Complementar nº101 de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que o aumento de despesas tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício de 2025, e está compatível com Plano Plurianual – PPA e com Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO vigentes, especialmente no que se referem às diretrizes, objetivos, prioridades e metas fiscais e financeiras previstas e não infrinja qualquer de suas disposições.

Bonfim, 29 de setembro de 2025



Marconi Marques Parreiras
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE
BONFIM
EFICIÊNCIA E TRANSPARÊNCIA

PARECER

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

Parecer Projeto de Lei Ordinária de Autoria do Executivo nº 013/2025.

Objeto: Parecer sobre Projeto de Lei Ordinária nº 013/2025 de autoria do Executivo que “ Altera a Lei nº 1.269/2017, de 17/07/2017, que trata da contratação temporária por excepcional interesse público para atender o CRAS, para fim de elevar o número de oficinas do CRAS”

Vistos, etc.

Foi encaminhada a esta Nobre Casa Legislativa, Projeto de Lei que consiste em criar três vagas de oficinairos/monitores, relacionadas a oficinas de dança, prática esportiva, cuidados pessoais e interação social, passando de três vagas de monitores/oficinairos para seis vagas, bem como visa aumentar o valor da hora/aula dos monitores para R\$ 30,00 (trinta reais).

Fundamentação Jurídica:

O presente projeto foi analisado em seus aspectos legais e constitucionais.

Após ser analisado e aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, quanto aos aspectos formais e legais, o Projeto de Lei em tela deverá ser analisado quanto ao impacto orçamentário e limite de gastos por essa Comissão.]

A criação de 03 cargos de Oficinairos/Monitores, se mostra razoável e proporcional, por se tratar de cargo que trará vários benefícios para os munícipes.

Em relação aos valores despendidos pela Administração Pública com a criação dos referidos cargos e reajuste do valor da hora/aula para R\$ 30,00 (trinta reais) não extrapolará o limite de gastos com pessoal previstos no artigo 20 e 22 da



31 3576-1751



CAMARAMUNICIPALBONFIMMG@GMAIL.COM



AV. JOÃO BATISTA DE PAIVA CAMPOS, 311 B. AMINTAS SALLES - BONFIM, MG. CEP: 35480-000



CÂMARA MUNICIPAL DE
BONFIM
EFICIÊNCIA E TRANSPARÊNCIA

Lei Complementar nº 101/2000, eis que com a inclusão da nova despesa, o projetado para o ano de 2025 é de 43,91%, não extrapolando o limite prudencial de 51,30% e o limite legal de 54% de gasto com pessoal, conforme relatório de impacto orçamentário apresentado, portanto, abaixo dos limites previstos na Lei Complementar 101/2000.

Logo, diante do exposto, conclui-se que o Projeto de Lei apresentado está apto à deliberação do Plenário, uma vez que está revestido das formalidades legais, nos termos deste parecer.

CONCLUSÃO:

Diante do exposto, manifestamo-nos pela **POSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO, VOTAÇÃO E APROVAÇÃO** do projeto em tela, nos moldes em que se apresenta.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2025.

Décio Fernandes de Amorim

Presidente da Com. de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas

Rodrigo Antônio da Silva

Relator da Com. Finanças, Orçamento e Tomada de Contas

Agnaldo Ferreira de Amorim

Membro Com. de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas



31 3576-1751



CAMARAMUNICIPALBONFIMMG@GMAIL.COM



AV. JOÃO BATISTA DE PAIVA CAMPOS, 311 B. AMINTAS SALLES - BONFIM, MG. CEP: 35480-000



CÂMARA MUNICIPAL DE
BONFIM
EFICIÊNCIA E TRANSPARÊNCIA

PARECER

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO

Parecer Projeto de Lei Ordinária de Autoria do Executivo nº 013/2025.

Objeto: Parecer sobre Projeto de Lei Ordinária nº 013/2025 de autoria do Executivo que “ Altera a Lei nº 1.269/2017, de 17/07/2017, que trata da contratação temporária por excepcional interesse público para atender o CRAS, para fim de elevar o número de oficinas do CRAS”

Vistos, etc.

Foi encaminhada a esta Nobre Casa Legislativa, Projeto de Lei que consiste em criar três vagas de oficinheiros/monitores, relacionadas a oficinas de dança, prática esportiva, cuidados pessoais e interação social, passando de três vagas de monitores/oficinheiros para seis vagas, bem como visa aumentar o valor da hora/aula dos monitores para R\$ 30.00 (trinta reais).

Fundamentação Jurídica:

O presente projeto foi analisado em seus aspectos legais e constitucionais.

Conforme artigo 46, inciso I da Lei Orgânica Municipal, é de iniciativa exclusiva do Prefeito Leis que disponham sobre criação, transformação ou extinção de cargos, in verbis:

Art. 46 - São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:

I - criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na Administração Direta e Indireta ou aumento de sua remuneração;



31 3576-1751



CAMARAMUNICIPALBONFIMMG@GMAIL.COM



AV. JOÃO BATISTA DE PAIVA CAMPOS, 311 B. AMINTAS SALLES - BONFIM, MG. CEP: 35480-000

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



CÂMARA MUNICIPAL DE
BONFIM
EFICIÊNCIA E TRANSPARÊNCIA

No mesmo sentido, dispõe o artigo 114, incisos I e II do Regimento Interno da Câmara Municipal, vejamos:

Art. 114 - São da iniciativa do Executivo Municipal os projetos de lei que:

I - estruturarem os serviços municipais;

II - criem cargos, funções ou empregos nas administrações direta, indireta e funcional;

III - fixem, atualizem ou majoram a remuneração dos seus servidores;

Portanto, o Prefeito Municipal possui legitimidade para propor o presente Projeto de Lei.

Além do mais, a criação e extinção de cargos públicos municipais se aplica por assimetria ao artigo 61, § 1º, II, "a" da Constituição Federal, como sendo de competência do Poder Executivo, devendo ser observado por essa Nobre Casa, apenas a legalidade dos atos e a constitucionalidade do Projeto de Lei apresentado.

De igual modo, a iniciativa para reajuste de remuneração de servidores públicos efetivos e contratados é do Poder Executivo, de acordo com o seu artigo 37, X, *in verbis*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

(...)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Regulamento)

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



31 3576-1751



CAMARAMUNICIPALBONFIMMG@GMAIL.COM



AV. JOÃO BATISTA DE PAIVA CAMPOS, 311 B. AMINTAS SALLES - BONFIM, MG. CEP: 35480-000



CÂMARA MUNICIPAL DE
BONFIM
EFICIÊNCIA E TRANSPARÊNCIA

Portanto, o presente projeto não apresenta vício de constitucionalidade, devendo ser enviado para a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas para análise de impacto orçamentário e teto de limite de gastos com pessoal.

Logo, diante do exposto, conclui-se que o Projeto de Lei apresentado está apto à deliberação do Plenário, uma vez que está revestido das formalidades legais, nos termos deste parecer.

CONCLUSÃO:

Diante do exposto, manifestamo-nos pela **POSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO, VOTAÇÃO E APROVAÇÃO** do projeto em tela, nos moldes em que se apresenta.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2025.

Alex Junio Teodoro Viana Silva

Presidente da Com. de Constituição, Justiça e Legislação

Agnaldo Ferreira de Amorim

Relator da Com. de Constituição, Justiça e Legislação

Décio Fernandes de Amorim

Membro Com. de Constituição, Justiça e Legislação



31 3576-1751



CAMARAMUNICIPALBONFIMMG@GMAIL.COM



AV. JOÃO BATISTA DE PAIVA CAMPOS, 311 B. AMINTAS SALLES - BONFIM, MG. CEP: 35480-000